

XIV CONGRESSO NACIONAL DAS DEFENSORAS E DEFENSORES PÚBLICOS

CONCURSO DE PRÁTICAS DEFENSORIA PÚBLICA

Prática exitosa - desafios.

Resumo: Trata-se de um projeto direcionado à recepção de adolescentes/jovens portadores do Transtorno do Espectro Autista no programa de estágio da Defensoria Pública da Bahia, objetivando o rompimento cultural da segregação e consequentemente a projeção de tais pessoas ao mercado de trabalho. Parceria firmada entre o Projeto FAMA (Fantástico Mundo Autista) e a Defensoria Pública da Bahia para a implementação do Projeto Estágio Especial, através do qual se efetivou a contratação de 04 (quatro) jovens portadores do Transtorno do Espectro Autista (TEA), em modalidade de estágio não voluntário supervisionado nas dependências físicas da Defensoria Pública da Bahia no Município de Salvador.

Autores responsáveis pela prática

Donila Ribeiro Gonzalez De Sá Fonseca

Coordenadora das Defensorias Públicas Especializadas

Firmiane Venâncio do Carmo Souza

Defensora Pública

Gisele Aguiar Ribeiro Pereira Argolo

Coordenadora da Defensoria Pública Especializada em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

Gil Braga de Castro Silva

Defensor Público

Parceiro Institucional

Associação Projeto Fantástico Mundo Autista - FAMA

Síntese da Prática

Trata-se de parceria firmada entre o Projeto FAMA (Fantástico Mundo Autista) e a Defensoria Pública da Bahia para a implementação do Projeto Estágio Especial, através do qual se efetivou a contratação de 04 (quatro) jovens portadores do Transtorno do Espectro Autista (TEA), em modalidade de estágio não voluntário supervisionado nas dependências físicas da Defensoria Pública da Bahia no Município de Salvador.

Por se tratar de estágio, portanto, atividade escolar supervisionada e desenvolvida em ambiente de trabalho, objetivando a preparação para o mercado laboral, exige-se que o adolescente/jovem contratado esteja frequentando ensino regular.

Destaca-se, ainda, que o respectivo estágio ocorre na modalidade não obrigatória, onde o jovem contratado faz jus a uma bolsa auxílio, auxílio-transporte, além de seguro contra acidentes pessoais.

O estágio respectivo possui interesse curricular, sendo desenvolvido em ambiente de trabalho que viabilize a preparação para o trabalho produtivo, proporcionando complementação educacional e prática profissional. Além disso, auxilia na construção de conhecimentos teóricos, aperfeiçoamento técnico-cultural no ambiente de trabalho, científico e de relacionamento humano.

A ação institucional foi também pensada para fomentar reflexões e mudanças no panorama atual acerca da necessidade de uma atuação inclusiva, com estímulo à construção da cidadania, desenvolvimento mental, moral, profissional e educacional, proporcionando experiências reais no mercado de trabalho, a fim de assegurar a

inclusão social e profissional dos jovens portadores do Transtorno do Espectro Autista acolhidos no projeto.

Indubitavelmente, os parceiros o projeto comungam de ideais de justiça, de oportunidades, de respeito às diferenças e responsabilidades com a inclusão. Ademais, entendem que ao possibilitarem tal oportunidade aos portadores do Transtorno do Espectro Autista, estão, em verdade, criando um modelo pioneiro capaz de motivar outras instituições públicas a abrirem seus espaços para a replicação de modelo de gestão inclusiva.

Detalhamento da Prática

Um projeto direcionado à recepção de adolescentes/jovens portadores do Transtorno do Espectro Autista no programa de estágio da Defensoria Pública da Bahia, objetivando o rompimento cultural da segregação e conseqüentemente a projeção de tais pessoas ao mercado de trabalho.

Por se tratar de estágio, portanto, atividade escolar supervisionada, é desenvolvida em ambiente de trabalho, visando à capacitação para o mercado laboral, exigindo-se que o adolescente/jovem contratado esteja frequentando ensino público regular.

Destaca-se, ainda, que o respectivo estágio ocorre na modalidade não obrigatória, onde o jovem contratado faz jus a uma bolsa auxílio, auxílio-transporte, além de seguro contra acidentes pessoais nos termos da legislação vigente.

O estágio respectivo possui interesse curricular, sendo desenvolvido em ambiente de trabalho que viabilize a preparação para o trabalho produtivo, proporcionando complementação educacional e prática profissional. Além disso, auxilia

na construção de conhecimentos teóricos, aperfeiçoamento técnico-cultural no ambiente de trabalho, científico e de relacionamento humano.

No ambiente laboral, os estagiários participantes do projeto são supervisionados por profissional pertencente ao quadro de servidores da Defensoria Pública da Bahia em relação ao desempenho de suas atividades, sendo orientada quanto à necessidade de assiduidade, presteza, socialização, desenvolvimento de tarefas e trabalho em equipe, na busca de uma construção experiencial de máxima vivência profissional, objetivando sempre o desenvolvimento enquanto pessoa, sem, contudo, deixar de considerar eventuais limitações existentes em razão da patologia vivenciada.

A ação institucional foi também pensada para fomentar reflexões e mudanças no panorama atual acerca da necessidade de uma atuação inclusiva, com estímulo à construção da cidadania, desenvolvimento mental, moral, profissional e educacional, proporcionando experiências reais no mercado de trabalho, a fim de minorar a segregação, assegurando a inclusão social e profissional dos jovens portadores do Transtorno do Espectro Autista acolhidos no projeto.

Indubitavelmente, os parceiros do projeto comungam de ideais de justiça, de oportunidades, de respeito às diferenças e responsabilidades com a inclusão. Ademais, entende a Defensoria Pública da Bahia que ao possibilitar tal oportunidade aos portadores do Transtorno do Espectro Autista, está, em verdade, criando um modelo pioneiro capaz de motivar outras instituições públicas a abrirem seus espaços para a replicação de modelo de gestão inclusiva em seus programas de estágio.

Indiscutivelmente, o rompimento sociocultural da segregação específica do portador de Transtorno do Espectro Autista e conseqüentemente a projeção de tais pessoas ao mercado de trabalho, contribui para a redução dos dados estatísticos de

desemprego entre as pessoas que tem o Transtorno do Espectro do Autismo e fomenta apoio à promessa central da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável de “não deixar ninguém para trás” (ONU).

A prática está em funcionamento desde setembro de 2018 e desperta o sentimento de inovação ao criar oportunidade de estágio supervisionado a jovens portadores do Transtorno do Espectro Autista, demonstrando, em verdade, um modelo pioneiro, capaz de motivar outras instituições públicas a abrirem seus espaços para a replicação de modelo de gestão inclusiva em seus programas de estágio.

Desafios encontrados

O principal desafio encontrado foi a ruptura da cultura institucional de segregação e construção da consciência da necessidade de estruturação de um modelo inclusivo, com foco na percepção de que os adolescentes portadores do Transtorno do Espectro Autista são pessoas em desenvolvimento e sujeitos de direito à proteção integral.

A Defensoria Pública, através do desempenho de sua missão institucional, percebendo a necessidade de ampliação de oportunidades para adolescentes em vivência de exclusão social e profissional, verificou que sua estrutura administrativa poderia ser um braço amigo nesse processo e viabilizou a abertura de suas portas institucionais para recepcionar em seu programa de estágio, adolescentes portadores do Transtorno do Espectro Autista, ampliando o acesso a oportunidades de inclusão.

Antes da implantação do projeto esboçou-se a necessidade de reuniões e palestras no âmbito da instituição objetivando a necessária construção de conhecimento acerca do autismo e rompimento da cultura distorcida de segregação.

Posteriormente, e ainda, preteritamente ao projeto, houve a realização de curso de capacitação com toda equipe diretamente envolvida com a supervisão e orientação dos estagiários do programa Estágio Especial, fato que possibilitou um melhor desempenho de tais equipes no afã de se alcançar êxito no novo desafio.

Fatores de sucesso da prática

Especial percepção de melhoras no comportamento e autoestima dos adolescentes beneficiados no programa. O projeto Estágio Especial tem demonstrado um poder influenciador muito relevante em relação ao desenvolvimento psicossocial dos adolescentes beneficiados no programa.

Também é importante ressaltar a positividade das ações ao proporcionarem aos participantes a visualização da sociedade de outra forma, no contexto da vivência desse novo processo de ressignificação de valores e oportunidades. A prática tem se demonstrado muito gratificante a todos os envolvidos, uma vez que é verificada a autoestima dos adolescentes em participar do programa no âmbito da Defensoria Pública.

Há relatos das famílias ressaltando as mudanças de comportamento dos adolescentes em seus lares e escolas as quais frequentam, restando evidenciado visível crescimento pessoal no ambiente familiar e profissional dos jovens beneficiados. Além disso, os próprios genitores ou responsáveis ressaltam a ressignificação de utilidade vivenciada por todos os envolvidos, de modo a se sentirem mais confiantes e responsáveis.

Trata-se, portanto, de um mecanismo eficaz de efetivação de direitos humanos, pois viabiliza um anseio comum de portadores do espectro e de suas famílias: a conquista da autonomia.

O estágio especial possibilitou não somente a conquista pelos adolescentes de uma perspectiva de autonomia, mas especialmente para as mães desses adolescentes, significou um reencontro com suas identidades e retomada de projetos de vida que se encontram além do cuidado dispensado a seus filhos com TEA.

Desse modo, o projeto representa também uma política de gênero ao permitir que essas mulheres possam se dedicar a outras atividades produtivas fora do ambiente doméstico e familiar.

Por fim, mas não menos importante, a presença de adolescentes com Transtorno do Espectro Autista trouxe para a Defensoria Pública da Bahia o conhecimento e o dever de intervir para viabilizar a disponibilidade de serviços públicos de atenção para esses jovens, visto que as deficiências no campo da educação inclusiva adequada e saúde são absurdamente insuficientes.

A prática tem sido, pois, uma oportunidade ímpar de o corpo de Defensores/as, Servidores/as, Estagiários/as conviver de forma produtiva e colaborativa com os diferentes e despertou a Defensoria Pública da Bahia para atenção jurídica das demandas de outros portadores do transtorno do espectro autista que ainda não tinham chegado à nossa instituição.